



SARDOAL
MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA N° 6/2023

SESSÃO ORDINÁRIA

28 DE DEZEMBRO DE 2023

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1° SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2° SECRETÁRIO: Rita Navalho

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e três pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem de Trabalhos

Intervenção do Público

Ordem de Trabalhos

- 1.Aprovação da ata da sessão anterior;**
- 2.Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 3.Grandes Opções do Plano 2024-2028 e de Orçamento 2024;**
- 4.Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;**
- 5.Regulamento Municipal de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços;**
- 6.Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade;**
- 7.Regulamento Municipal de Atividades Diversas;**
- 8.Regulamento Municipal de Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes;**
- 9.Regulamento Geral de Preços do Município de Sardoal;**
- 10.Regulamento Geral de Taxas do Município de Sardoal;**
- 11.Tejo Ambiente - Informação económico-financeira, relativa ao 1.º semestre de 2023;**
- 12.Tejo Ambiente - Plano Atividades e Orçamento;**
- 13.Propostas de Regulamentos (Gestão de Resíduos Urbanos; Serviço de Saneamento de Águas Residuais; Abastecimento de Água);**
- 14.IRS - Participação Variável – 2024;**
- 15.IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis - Taxas a aplicar para o ano de 2023, a liquidar em 2024;**
- 16.TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem no ao 2024;**
- 17.DERRAMA - Liquidar em 2024, referente ao ano económico 2023;**
- 18.Proposta de Adjudicação Empréstimo a Curto Prazo - a contratar em 2024;**
- 19.Igualdade de Género - Equipa EIVL;**
- 20.Alteração orçamental modificativa - Revisão ao Orçamento e Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP).**
- 21.Delegação de Competências no âmbito dos Procedimentos Contraordenacionais no Domínio do Estacionamento | Minuta do Contrato Interadministrativo.**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Mora Alves, Joana Ramos, Maria Aida Batista, Joaquim Serras, Rui Valente, Dora Grácio, Fernando Vasco, Marcelo Serras, Rita Navalho, César Marques, Jorge Gomes, Adriano Martins, Vitor Morais, Alcina Almeida, Miguel Alves, Paulo Pedro, Dora Santos, Duarte Nuno Batista. -----

O Senhor deputado Adérito Garcia não esteve presente. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, Pedro Duque, Patricia Rei e Carlos Duarte. -----

Período Antes da Ordem de Trabalhos

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a reunião referindo-se ao facto de a Semana Santa e a Festa do Espírito do Sardoal, terem sido consideradas Património Imaterial Cultural, o que é muito importante, porquanto é o que mais ilustra o que é o Sardoal e a altura do ano em que os Sardoalenses se sentem mais ligados à sua terra. -----

Este trabalho iniciou-se em 2017 tendo tido, só agora, esta boa conclusão e que irá trazer mais pessoas ao Sardoal nesse período, mas também dá ao Município mais responsabilidade, pois é algo que interessa manter e tem a ver com as tradições e costumes passados entre gerações e que tem preservado a Semana Santa no Sardoal, na sua forma e com as suas características. -----

Na sua opinião seria importante que este Património ficasse escrito, sabendo que existe um esforço nesse sentido, e, que preservasse ao longo do tempo, tudo o que é feito no Sardoal, para que nada se perca e a manifestação destes símbolos e destas manifestações culturais e religiosas deverão ser preservadas como estão. -----

Congratulou-se por quem fez este trabalho e se dedicou para que pudesse acontecer. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ter sido um trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal com o apoio de entidades externas, no caso das imagens e do tratamento documental. -----

Referiu que a candidatura pressupunha um conjunto de textos, de imagens, de levantamentos, de testemunhos que estão feitos, havendo sempre espaço para mais, esperando que em breve haja um livro escrito, com imagens, para que se possa preservar em livro aquilo que é a Semana Santa e o Património, sendo que o Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património, que também tem um conjunto de

documentos e de informação que lá pode ser lida, tendo já sido feitas algumas publicações sobre esta matéria. -----

O Senhor Presidente da Câmara mencionou ainda o Arquivo de Memória, que pode ser visitado e no qual existem relatos e testemunhos sobre a Semana Santa, estando na página da Direção Geral do Património, Matriz PCI, todos os documentos que levaram a esta candidatura. -----

Continuou o Senhor Presidente da Câmara referindo também ser de opinião que se deve materializar todos os levantamentos feitos até à data, do legado histórico, cultural e patrimonial, que se deve preservar. -----

Disse ainda que a responsabilidade do Município é acrescida em querer aproveitar para preservação e transmitir às gerações futuras e aos jovens, a sua importância, no âmbito também da fé e da religiosidade, com um recurso de grande potencial turístico. -----

Foi dada a palavra à Senhora deputada Joana Ramos referindo que o Município de Sardoal foi mais uma vez distinguido como Autarquia Familiarmente Responsável, prémio que confirma que o Sardoal é uma Autarquia com boas práticas no âmbito social e familiar. ----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Miguel Alves que começou por parabenizar as associações que elegeram recentemente alguns órgãos associativos, e outros que festejaram os seus aniversários, felicitando também pelas muitas iniciativas que ocorreram no período do Natal, nomeadamente a Filarmónica União Sardoalense, que encheu o auditório no seu concerto de Natal, assim como a Associação de Cabeça das Mós, pela realização de uma refeição gratuita para os seus associados, bem como algumas associações que ofereceram brinquedos às crianças, como a de Venda Nova, de Entevinhas e S. Simão e Andreus. -----

O Senhor deputado chamou a atenção para o erro que aparece no site da Autarquia, ao nível da ligação não segura. -----

O Senhor deputado questionou qual o apoio quantificável, em termos de números, dado ao comércio local, e porque é que este ano não se manteve a iniciativa dos cupões de Natal. -----

O Senhor deputado questionou porque não existe iluminação de Natal na zona histórica da Vila, sugerindo alguns locais para que essa iluminação pudesse ser colocada. -----

O Senhor deputado parabenizou todos os Sardoalenses no âmbito da Semana Santa, considerada Património Cultural e Imaterial, assim como a Câmara Municipal, pela candidatura que fez, todas as irmandades, a Fábrica da Igreja e todos os anónimos e famílias, que têm perpetuado essas tradições ao longo dos anos. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu que o problema do site do Município é um problema de todos os sites dos municípios da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, pois é um projeto comum a todos esses Municípios, estando a ser resolvido com novo site, que entrará em funcionamento no princípio do próximo ano, mas nada está em risco. -----

Sobre a iluminação de Natal disse que se poderia fazer muita coisa, até transformar a vila numa feira popular, mas na sua opinião, e foi uma opção do executivo, o Natal tem de ter sobriedade suficiente, as iluminações foram feitas com as luzes que se foi comprando, luzes brancas, sendo que o Município optou por apostar na Semana Santa e não no Natal. - No que concerne ao apoio ao comércio local disse ter-se optado por não se fazer o sorteio, porquanto no ano passado houve dúvidas, postas nos sítios certos, nomeadamente num Conselho Municipal de Segurança, será feito um Regulamento e, no próximo ano, far-se-á o sorteio, sem dúvidas em relação às regras, até porque o Município tem agora responsabilidades acrescidas devido à delegação de competências em matéria de jogos. -

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Rui Valente que se referiu ao estado degradado da Igreja Matriz, tendo sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara numa Assembleia, que tinha sido feita uma candidatura ao PRR, conjuntamente com a comissão económica da igreja, questionando qual o ponto da situação dessa candidatura. -----

Interveio a Senhora deputada Aida Batista referindo compreender as opções feitas em relação à iluminação do Natal e que se tenha apostado na Semana Santa e não no Natal, mas não aceita que perante uma questão colocada, se façam comparações com parques de diversões e à feira popular, dado ter estado em várias cidades do norte do país, que estavam muito bonitas e nenhuma se comparava a um parque de diversões. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Jorge Gomes dizendo que a sobriedade fica bem a toda a gente, mas no caso do Sardoal, exagerou-se e, na sua opinião fazia todo o sentido que a árvore, na ponte à entrada do Sardoal, estivesse iluminada. -----

O Senhor Presidente respondeu à Senhora deputada Aida Batista dizendo não ter feito qualquer ironia, pois também já viu cidades no norte do país lindíssimas e outras que eram aberrações, com as quais não se identifica e tudo tem um preço, o qual é uma questão de opção. -----

Em resposta ao questionado pelo deputado Rui Valente, o Senhor Presidente disse não ter havido qualquer concurso ou candidatura e, a única coisa que disse, foi que, está no orçamento e plano de atividades, um valor, nos Investimentos Territoriais Integrados, no âmbito da CCDR Centro, e dentro desse valor, decidiu-se alocar quinhentos mil euros para

a recuperação da Igreja Matriz, mas ainda terá de se perceber qual vai ser a figura jurídica que será utilizada, porque esta responsabilidade não é da Câmara Municipal, podendo a Câmara constituir-se como parceira e apoiar o dono, que é a diocese, a Fábrica da Igreja, mas para o Município faz todo o sentido, no âmbito da preservação do património e do turismo religioso, sendo este um pequeno sinal do muito que a igreja precisa, que é milhões e, estes quinhentos mil são aquilo que se entende poder ser suficiente para os vãos, telhado e o reboco, que é o essencial para não permitir que o recheio da igreja que é riquíssimo, entre em degradação. -----

Referiu ainda não ter sido aprovada, pela CCDR e pela União Europeia, a distribuição de fundos, no âmbito da estratégia da Comunidade Intermunicipal, considerando ser lamentável como o Estado trata o seu património, permitindo que uma igreja que tem aquela riqueza, aquele património e valor, assim como a Capela da Nossa Senhora da Lapa, sobre a qual já escreveu ao Diretor Geral do Património, a questionar o que pode o Município fazer por aquele património, que é privado, mas que este não tem capacidade para o reabilitar. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Duarte Batista agradecendo à Junta de Freguesia de Valhascos, ao Município, à Tagus e à Associação Cultural e Desportiva de Valhascos pela realização do Festival da Couve de Valhascos, e pela projeção regional e nacional que tem tido. -----

O Senhor deputado questionou sobre a colocação das lombas, como medida de acalmia de trânsito, na freguesia de Valhascos, dado estarem hierarquizadas as prioridades, pela Comissão Municipal de Trânsito em todo o Concelho e tendo sido unânime que se começasse pela freguesia de Valhascos. -----

Fez referência aos edifícios devolutos, existindo dois sinalizados na sua freguesia, um na Rua da Barroca e outro na Rua Nossa Senhora da Graça, tendo este implodido no dia 10 de dezembro e, tendo contactado o Gabinete de Proteção Civil, questiona qual o ponto da situação. -----

O Senhor deputado questionou se irá haver aumento para a delegação de competências da Junta de Freguesia e se existir, qual a percentagem. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado César Marques que começou por cumprimentar o Município e a Tagus pelos aniversários do Espaço Cá da Terra e da Tagus, pelo apoio que tem sido desenvolvido no âmbito da dinamização do Ribatejo interior e dos produtores locais. -----

Agradeceu também ao Município pelo trabalho desenvolvido na realização do Festival da Couve de Valhascos, trabalho esse que tem vindo a dar alguns proveitos. -----
Continuou agradecendo ao Município pelo trabalho feito a nível da Semana Santa como Património Cultural Imaterial, questionando se irá trazer responsabilidades institucionais acrescidas, se existe algum escrutínio que possa ser feito nos próximos tempos, se é um prémio que possa ser retirado. -----
O Senhor deputado questionou se existe alguma informação relativa ao concurso para médicos e se o Município tem algo planeado para o possível boom de imigrantes que possa ocorrer no concelho. -----
Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo ser vergonhoso e lamentável o que se está a passar na área da saúde, em que os governos nada têm feito e seria expectável que esta situação acontecesse, considerando ser uma falta de respeito para com os doentes e para com os profissionais de saúde. -----
Sobre a imigração, disse que os imigrantes são bem-vindos e devem ser recebidos como pessoas e são precisos para trabalhar e, o Estado tem um papel fundamental e nem tudo é competência e responsabilidade das Autarquias, devendo o Estado criar mecanismos e se a capacidade resposta no âmbito da saúde, para os portugueses, é o que é, os imigrantes estão em pé de igualdade, qualquer ser humano que esteja em Portugal, legal ou ilegal, terá de ter apoio se precisar de serviços de saúde, mas terá de se saber dar resposta nesse sentido e também saber dar resposta no âmbito da educação, inclusive a escola foi projetada para o aumento do número de salas se assim for necessário. -----
Sobre as lombas de acalmia de trânsito o Senhor Presidente referiu que a Comissão de Trânsito reconheceu a importância e a prioridade destas medidas na freguesia de Valhascos, e, essas e outras medidas serão operacionalizadas. -----
Sobre os prédios devolutos referiu que existe o problema do processo administrativo porque muitas vezes não se sabe quem é o dono, outras, o dono nem sabe que tem um prédio devoluto, seguindo-se depois a notificação e os seus prazos e, se o dono nada fizer, terá de se dar um prazo para tomada de posse administrativa para que o Município possa intervir, sendo um processo demasiado extenso e burocrático para as exigências e para o perigo que por vezes existe. -----
No que concerne à delegação de competências, disse o Senhor Presidente que as transferências são feitas pela DGAL, já nada passando pela Câmara Municipal. -----
No que concerne à responsabilidade institucional do Município, no âmbito da Semana Santa, o Senhor Presidente referiu que a Direção Geral do Património tem toda a

legitimidade para, se um dia se verificar que aquilo que levou à classificação de Património Cultural Imaterial, desclassificar e, essa é a responsabilidade do Município, que aquilo que tem de fazer é manter aquilo que está e que levou à classificação da Semana Santa e o que tem sido feito. -----

Foi dada a palavra à Senhora deputada Aida Batista referindo estar a viver-se um momento difícil na área da saúde, mas as estatísticas demonstram que Portugal é o país que mais recorre às urgências, dentro da Europa, antes de tomar outras medidas e o sistema de saúde continua a ser um dos melhores da Europa e em Portugal todas as pessoas são atendidas, até os imigrantes, continuando, apesar das falhas e dos defeitos, o Sistema Nacional de Saúde. -----

Referiu o Senhor Presidente da Assembleia que a proporção de médicos é das mais elevadas da Europa, havendo falta de médicos no SNS, e o problema está no facto de o Estado não conseguir colocar médicos no SNS. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo ter sempre dito que é um defensor do SNS, não havendo outro modelo que defenda, as políticas para a saúde é que têm sido desastrosas. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado César Marques referindo que quando o SNS foi criado, era suposto ser gratuito e equitativo para todos, e é, mas não se pode ter no Sardoal, em pleno mês de dezembro e janeiro, dez pessoas à porta do centro de Saúde à espera de três vagas para consulta de médico de família, e Portugal é o país da Europa que mais recorre às urgências porque está-se 16% abaixo da média europeia de portugueses que não têm acesso a médico de família, havendo assim uma inexistência de políticas de saúde, os municípios no âmbito da delegação de competências tem feito o seu trabalho, mas não podem contratar médicos. -----

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo haver autarquias que estão a ter medidas de alguma agressividade para chamar médicos para as mesmas, tendo participado numa reunião, onde o Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo alertou para o perigo que é aliciar-se médicos porque está-se a retirar-los dos hospitais. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Fernando Vasco referindo que em Lisboa existe uma medida de apoio a pessoas idosas, que necessitem de cuidados médicos, poderão tê-los com uma chamada telefónica e um médico desloca-se a sua casa e este tipo de medidas poderão ser tomadas em qualquer Autarquia do país, e, não sendo um substituto do SNS é um complemento e uma ajuda ao mesmo. -----

O Senhor deputado referiu ter solicitado uma alteração à Ordem do Dia e o Senhor Presidente da Assembleia nada referiu no início da sessão, ao que o Senhor Presidente da Assembleia respondeu ter trocado informação com o colega de bancada do Senhor deputado, mas que o mesmo não está presente. -----

Continuou o Senhor deputado, dizendo que no Sardoal demora-se muito tempo para resolver as situações e muitas vezes nem se resolvem, como por exemplo o caso da Barragem da Lapa, para o qual não vê solução, acordo ou ação, para se recuperar o dinheiro que é devido ao Município, assim como o Hotel de Charme, a Casa Grande, recordando que na reunião da Assembleia Municipal, de 15 de fevereiro de 2019, ter sido dito pelo Senhor Presidente da Câmara que esta obra estaria próxima de ser realizada, mas tal não aconteceu. -----

O Senhor deputado referiu sobre a preservação do património, que as habitações na sede do concelho, é algo que não está concluído, havendo um projeto, de um milhão e quinhentos mil, dinheiro esse que o governo irá injetar para preservar o património e construir novos imóveis, com a colaboração da Câmara, mas o dinheiro vem do governo.

Continuou o Senhor deputado referindo-se à ETAR de Andreus, que está exatamente como estava há vários anos atrás.

Disse o Senhor deputado que o que quis dizer foi que contrariamente ao que ressalta destas Assembleias Municipais, nem tudo o que corre no Sardoal é ouro, havendo questões importantes para a população e que não são resolvidas. -----

O Senhor deputado fez referência ainda à instalação das forças de proteção civil, tendo sido assinado em 2008 um protocolo, cujo objetivo sediar no Sardoal a Força Especial Os Canarinhos, na escola de Andreus e no antigo Centro de Saúde, que nunca andou para a frente, e todo o património foi transferido para Almeirim, que se transformou na cidade da proteção civil, com dinheiros de fundos europeus, coisa que o Sardoal não teve na altura, projeto, cabeça, nem mãos para poder ir para aí e se tivesse sido ambicioso, hoje a situação poderia ser diferente. -----

Continuou referindo que 15 anos depois surgiram notícias sobre alguns homens ainda estarem num sítio que não tem o mínimo de condições e apesar de a competência ser da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, contudo se o Sardoal tivesse sido mais ambicioso, hoje em dia a situação poderia ser diferente. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que esta questão não é do seu tempo e nada tem a ver com ela, e nem as coisas se estão a passar hoje em dia como o Senhor deputado diz, pois o que aconteceu foi que a força especial de bombeiros tinha a

possibilidade de ter um quartel, recuperando a escola de Andreus, e na sua opinião aquilo que seriam acessibilidades em termos de emergência, não seria o ideal. -----

O que saiu nas notícias daquele dia nada tem a ver com o que Senhor deputado disse, porque está-se a falar do Centro de Meios Aéreos, que nada tem a ver com o quartel dos canarinhos e é um conjunto de homens, neste momento são cinco, que estão instalados em três estruturas que são contentores, assim como a creche, que funciona num sistema de contentores há três anos, os quais não são um problema, porque os homens, para aquilo que fazem, estão instalados de acordo com o que a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil lhes dá. -----

Continuou, dizendo que o Município já gastou mais de 50 mil euros com o Centro de Meios Aéreos, num projeto havendo um protocolo assinado com a ANEPC para recuperação das instalações, para a Casa da Proteção Civil, onde se construirá um Centro de Meios Aéreos de outra forma, sendo que o existe no Sardoal é igual à maioria no país, instalados nestas estruturas modulares, da responsabilidade e propriedade da ANEPC, contudo o Município achou que poderia ir mais longe e fez o investimento naquele projeto, não teria dito que queria incluído o projeto na CIMT na ITI, pois quer-se ter a Casa da Proteção Civil, com espaço para que esses homens possam também lá estar. -----

Disse ainda que a notícia surge devido a uma miserável denuncia anónima que pretende mais para além daquilo que possa ser entendido e, naquela semana o Centro de Meios Aéreos foi visitado pela empresa que operacionaliza o mesmo, vendo as condições e fazendo o checklist, tendo dado tudo como apto e em condições. -----

Continuou o Senhor Presidente dizendo ter sido feita uma candidatura para a Casa da Proteção Civil que teve parecer favorável da ANEPC e a CCDR disse que o parecer não era válido, tendo o dinheiro ido para a região de Viseu. -----

Disse ainda que o Centro de Meios Aéreos do Sardoal tinha sido visitado pelo Comandante da UEPS, que teve conhecimento do projeto e pelo Presidente da ANEPC e foi também assinado um protocolo com a ANEPC no qual é reconhecida a importância deste centro, assim como é importante que o Município possa candidatar-se a fundos comunitários porque sem o acordo da ANEPC esta candidatura nunca existiria. -----

O Centro de Meios Aéreos do Sardoal está de acordo com quem o tutela e se algo não correr bem, a responsabilidade não é do Município, dado que é só um parceiro e colaborador para que o Centro funcione. -----

Disse também que os militares da UEPS não são como os bombeiros, que têm turnos, eles trabalham das 8 da manhã até as 6 da tarde e têm condições para tomar banho e uma cozinha e um refeitório, e o quartel da GNR. -----

O Senhor Presidente considerou esta, uma falsa questão. -----

Sobre a Barragem da Lapa referiu que tudo encaminha para que antes de se ir embora o assunto esteja resolvido, podendo estar resolvido a qualquer momento ou ainda demorar alguns meses, estando a decorrer negociações. -----

Sobre o Hotel de Charme, e apesar de ter havido investidores interessados, os custos de 2 milhões de euros na altura, duplicaram com o Covid e os interesses esfumaram-se, ainda assim a Câmara Municipal não está parada e trabalhou para que o Turismo de Portugal integrasse no programa Revive, com outros equipamentos do Estado, no sentido de se ter esta atratividade por parte daquela entidade, para que se possa ter a recuperação da Casa Grande ou dos Almeidas. -----

Sobre o Património, o problema é o mesmo que se passa em Valhascos, o Município tem património privado e as coisas demoram mais tempo do que aquele que se gostaria. -----

Sobre a Etar de Andreus referiu ter havido concursos vazios, reclamações, estando adjudicado a uma empresa o projeto de conceção e execução, sendo esta responsabilidade delegada no Município à empresa Vale do Tejo, tendo sido transmitido que as obras começarão no final do primeiro semestre do próximo ano. -----

Interveio o Senhor deputado Jorge Gomes dizendo que a Casa dos Almeidas poderia ser recuperada nas fachadas e entradas, e transformada em open spaces para depois ser utilizada por instituições, clubes, organizações e por estar ao lado da Câmara seria obvio que fosse um prolongamento da mesma, não podendo estar-se à espera mais vinte anos que haja um investidor para transformar aquele espaço num hotel de charme. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo tratar-se de um edifício classificado no qual não se pode intervir de qualquer maneira e em termos de arte e restauro tem necessidades de quase um milhão de euros. -----

Referiu já se ter equacionado todas as hipóteses de recuperação do edifício. -----

O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para dizer o seguinte: -----

“Terminou na passada quinta-feira, um dos momentos mais difíceis da minha vida profissional, da minha vida política, da minha vida autárquica.

Durante mais de um ano e meio fui constituído arguido por queixas apresentadas pelo partido socialista. É claro que se algumas das queixas têm todo o enquadramento dentro de um estado de direito, e é legítimo que as pessoas que se sintam lesadas o façam, há

outras que eu não tolero. Algumas queixas foram feitas com base na mentira, mentira pura e dura. É mentira que o partido socialista, ou quem fez esta queixa, em nome do partido socialista, sabia que estava a mentir. E fruto de algumas dessas mentiras, passei pelos piores momentos da minha vida pessoal, com constrangimentos pessoais e com constrangimentos familiares. Felizmente tudo terminou, e terminou na passada quinta-feira não dando razão às queixas apresentadas pelo partido socialista. É claro que no meio disto tudo está uma Comissão Nacional de Eleições que tem umas interpretações estranhas no meio de tudo isto. Posso dizer que, mas isso é a Comissão Nacional de Eleições que fará a sua interpretação e nós estaremos cá com a Lei, com o Estado de Direito, com os Tribunais para resolver, agora a mentira, usar a mentira, quando sabiam declaradamente que não era verdade aquilo que estavam a afirmar? É duro. Não é uma questão de política, é uma questão de carácter, é uma questão de mau carácter.

Vou dar um exemplo, numa das queixas apresentadas, foi dito, só porque as coisas não fiquem assim, o senhor fulano tal, com residência em tal sítio, na qualidade e em representação da candidatura do Partido Socialista às eleições autárquicas 2021, tendo por base a informação tal tal, uma das queixas que faz:

Distribuição do boletim municipal, n.º 107, pelos funcionários das freguesias rurais e pelo município na freguesia sede de Concelho. A forma como foi realizada a distribuição porta-a-porta, teve como objetivo aumentar a visibilidade do partido que governa o município e as freguesias que não a sede de concelho. Isto é só um exemplo.

Os senhores sabem perfeitamente ou teriam de saber que nesta assembleia municipal, no dia 17 de setembro de 2019, foi debatido este assunto. E foi debatido este assunto, porque é que a Junta de Freguesia de Sardoal deixou de fazer a distribuição dos boletins, com toda a legitimidade, com toda a legitimidade. Isto não é o assunto. O assunto é que, passados 2 anos, passados cerca de 2 anos o Partido Socialista, ou alguém pelo partido socialista vai pegar neste assunto e dizer que aquele Boletim Municipal foi distribuído com base numa mentira. Isto dói, isto magoa, magoa muito. Como disse, há questões que todos nós podemos ter dúvidas. Não é a primeira vez que o partido socialista, com todo o seu direito com toda a legitimidade, faz queixa à Comissão Nacional de Eleições. É um direito que temos, é um direito que todos nós temos, agora com que base? Mentindo? Incluindo naquilo que são coisas que fazem parte e que os tribunais, que os juizes de instrução julgam. Foram quase 2 anos que fui constituído arguido, dois anos que, quando me ausentei para o estrangeiro, tinha de comunicar para o Ministério Público a minha ausência. Foram 2 anos muito duros. Um debate instrutório, onde levei testemunhas, e as

testemunhas falaram. O juiz de instrução mandou arquivar, não se pronunciando e o Ministério Público não recorreu.

Por isso este processo está terminado. Magoou muito, e é revelador do carácter... Eu não quero aqui generalizar, e tenho a certeza absoluta que isto é novidade para algumas pessoas do Partido Socialista, mas o que é certo é que há pessoas dentro do partido socialista que o fez, e o fez com base na mentira. Magoa muito, não havia necessidade disso, não havia necessidade de por em causa. Nós até que nos cruzamos nas ruas, que até nos cruzamos nos cafés, que até somos amigos, apesar das divergências políticas, não havia necessidade de terem feito o que fizeram, humilhando-me enxovalhando-me. Moralmente eu sei o que isto me custou... “-----

Interveio o Senhor Deputado Rui Valente referindo que sendo deputado do PS sente-se responsável pela denuncia feita, sendo importante esclarecer quem o fez para que se possa saber e ficar-se descansado, pedindo para ser esclarecido. -----

O Senhor Presidente respondeu: “Quem faz a queixa Adérito Miguel Gaspar Garcia, residente em tal tal, na qualidade e em representação da candidatura do Partido Socialista às eleições autárquicas.”-----

Interveio a Senhora Deputada Aida Batista, referindo estar de acordo com o que disse, sobre a dor e mágoa, e sobre a limitação dos seus direitos em determinada altura, mas já que é feita uma acusação a um elemento do PS, lembrou que a presidente Franceline Chambel foi alvo de um processo semelhante, cujas investigações duraram vários meses e nessa altura foi o PSD. -----

Disse não estar de acordo com este tipo de situação, quando não há dados comprovativos, desconhecendo completamente o processo, mas, quem está na politica está sempre sujeito a este tipo de situações, lamentando por tudo o que o Senhor Presidente passou. --

O Senhor Presidente da Câmara respondeu: “Sra. deputada, tem toda a razão e é miserável isto que está a acontecer, de ambas as partes, mas há aqui uma coisa. Quando é com base numa mentira magoa mais. Aí já não estamos no campo político. Ouça, sabe quem foi uma das pessoas com quem falei isto? Frente a frente, estávamos a almoçar, o primeiro-ministro António Costa, ele diz que na verdade há aqui uma grande, e neste momento há centenas de autarcas neste país. Eu tive o privilégio ou não, a sorte, de ter sido um dos primeiros em que isto ficou concluído. Eu tenho colegas meus que a semana passada foram ouvidos no Ministério público por causa de situações destas.

Agora, vamos lá ver, quando há o uso e abuso dos dinheiros públicos na Campanha Eleitoral... houve colegas que andaram a pagar almoços e jantares a idosos na altura da

Campanha Eleitoral, coisa que nunca o fizeram. Esses não devem ser condenados? Devem. Houve situações que são condenáveis, claro que são condenáveis, agora, aquilo que me magoa, não foi o facto que o Partido Socialista, ou alguém do partido socialista ter feito as queixas O Senhor deputado Fernando Vasco já o fez, nunca deixámos de ter a relação que sempre tivemos por causa disso, foi não foi Sr. Fernando Vasco? Sempre tivemos cordialidade com o mesmo respeito e não foi pelo Sr. o ter feito que eu alterei minimamente esta minha postura para consigo. Agora... mentindo? Quando se sabe que está a mentir? Isso é que magoa. Isso é que os políticos não deviam estar sujeitos. Isso não é política. Nós quando vamos para a vida política, nós não devemos, não devíamos estar sujeitos a isto. Devemos estar sujeitos primeiro à verdade. Por isso é que o descrédito que existe nos políticos tem sido acentuado e continua a ser acentuado com situações destas e outras mais.

Quando há verdade a justiça que atue e que tenha mão leve. Agora mentira? É claro que há um conjunto de acusações, algumas são dúvidas, que competia à Comissão Nacional de Eleições e aos juízes de instrução decidir se havia matéria ou não, que eu não ponho eu causa. Agora outras dizendo que... olhe nem vale a pena.

O meu lamento é exatamente este. O meu lamento é este e não tenho dúvidas nenhuma e a Senhora nunca faria uma coisa destas e a senhora é do partido socialista. Não tenho dúvidas nenhuma que muitos dos senhores nunca fariam uma coisa destas com base numa mentira, mas o que é certo é que alguém o fez em nome do partido socialista." -----

Interveio o Senhor Deputado Fernando Vasco dizendo que o Senhor Presidente trouxe à Assembleia um assunto que entendeu que a Assembleia devia saber, concluindo ser uma mentira e pelo que percebeu foi sobre um boletim num determinado local, e na sua área, que é direito, costuma ouvir ambas as partes antes de tirar uma conclusão, não conhecendo o processo, não sabe se não se comprovou que o facto tivesse sido efetuado ou se se provou pelo contrário que esse facto não foi efetuado, dizendo o Senhor Presidente ser mentira e se o diz, o Senhor deputado diz acreditar que é, mas não consegue apresentar uma opinião publicamente sem conhecer o processo e ambas as partes. -----

Continuou dizendo que o Senhor Presidente apresentou uma conclusão do processo, solicitando ao Senhor Presidente da Assembleia que o faça chegar aos deputados para que possam tomar conhecimento da veracidade ou não veracidade e tomar uma posição. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que: *“É muito simples, e é claríssimo. Há situações no processo que é de todo o direito as pessoas porem em causa, todo o direito.*

Nós estamos a confundir as coisas, eu estou-me a referir a mentiras. Foram mentiras e que nós conseguimos facilmente perceber que são mentiras. Se quem fez a queixa diz “ a forma como foi feita a distribuição porta-a-porta, teve como objetivo aumentar a visibilidade do partido que governa o Município e as restantes freguesias que não a sede de concelho. Isto foi dito nesta queixa apresentada em junho ou julho, agosto, talvez, de 2021. E este assunto já tinha sido aqui discutido. Já há muito tempo, quase desde o início do mandato, que a distribuição dos boletins era feita pela Câmara e deixou de ser feita pela Junta de Freguesia, conforme prova a ata da assembleia municipal do dia 17/9/2019, conforme uma das minhas testemunhas foi o secretário da Junta de Freguesia, que foi lá dizer que não, que não era verdade. E o Sr. Presidente da Junta está aqui e sabe perfeitamente que há muitos boletins que a Junta de Freguesia não distribuía, praticamente desde o início do mandato.”

“Antigamente os boletins municipais eram distribuídos pelas Juntas de Freguesia, e no início do seu mandato, com toda a legitimidade, até porque o número de boletins aumentou, o Sr. disse que já não tinha condições para o fazer, certo?

O Sr. trouxe esse assunto aqui a uma assembleia municipal, à assembleia de 17/9/2019, agora o que acontece é que, na queixa é dito, é que aquele boletim municipal foi distribuído, não foi aquele, foram todos, mas da forma como as coisas foram feitas, a forma como foi realizada a distribuição e estamos a falar daquele boletim municipal distribuição porta-a-porta, teve como objetivo aumentar a visibilidade do partido que governa o Município e as restantes freguesias que não a sede de concelho. Isto não é verdade, mas pronto!

Olhem Senhores deputados, quem não se sente não é filho de boa gente.

Senti-me, custou muito, isto não é uma situação política sequer, é uma situação de foro pessoal.” -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia Municipal dizendo que o Senhor Presidente da Câmara trouxe uma informação de um processo que terminou e que recaía sobre a sua pessoa, não sendo importante a opinião dos Senhores deputados porque em nada altera o processo, o que interessa foi que o juiz de Instrução disse que não havia razão para seguir para Tribunal, pois não havia factos suficientes para o processo seguir para Tribunal, tendo absolvido o arguido que era o Senhor Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse que o Juiz não pronunciou e que o Ministério Público não recorreu. -----

Continuou o Senhor Presidente referindo: *“Para mim é uma situação terminada, e se há situação que me custa mexer, que me custa estar aqui a falar sobre ele, sou eu, custa-me bastante, porque eu sei o quanto me magoou a mim e à minha família, todo este tempo, durante todo este tempo.*

É uma situação que eu só quero aqui lamentar, que não havia necessidade de se recorrer à mentira, não havia necessidade, e outras coisas mais...

Bom, não vale a pena. “

Disse ainda o Senhor Presidente: *“Uma coisa é certa, a acusação foi feita. O conteúdo de algumas acusações, aquilo que eu lamento, é o conteúdo de algumas acusações. Não havia necessidade de se socorrer à mentira e até a algum ilusionismo para levar a água ao seu moinho. Isso não havia necessidade disso.*

E a pessoa que o fez tem toda a legitimidade sobre factos concretos de o fazer, como o Sr. Deputado Sr. Fernando Vasco fez, na altura vereador o fez, tinha toda a legitimidade e nunca precisou de ilustrar as situações ou recorrer até a falsidades, quando sabia comprovadamente que aquilo que estava a dizer não era assim já há muito tempo.”-----

Interveio o Senhor Deputado Fernando Vasco dizendo ser uma questão complicada porque a denuncia que foi feita não foi uma denuncia anónima, foi feita pelo mandatário da candidatura tendo o processo tido a sua tramitação não sabendo se no debate instrutório houve testemunhas, se o PS esteve representado, se teve advogado, se fez prova. Referiu que gostaria de perceber onde está a mentira porquanto também está em causa um deputado daquela Assembleia, que não está presente, que fez uma denuncia no exercício de um direito que lhe é conferido. -----

Continuou o Senhor Presidente da Câmara dizendo: *“Eu peço desculpa, mas não podia deixar de trazer este lamento aqui, pelas consequências que teve e acho que nós não devemos ir por este caminho. Agora, o Sr. sabe que o partido socialista, quem fez esta denúncia, também se podia ter constituído como assistente e acompanhado todo o processo. Podia ou não podia?”* -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia referindo não estar nas competências daquele órgão emitir opinião sobre o processo, o Senhor Presidente informou do término do processo e a Assembleia está assim informada. -----

Intervenção do Público

Interveio o munícipe Senhor José Cabau, e referindo-se à Igreja Matriz, dizendo que Portugal passou a ser um estado laico desde o dia 24, última concordata com a Santa Sé foi assinada em 20224, e no artigo 26 desse documento estão discriminadas as benesses

que a igreja Católica tem e, se as tem, é mais importante analisar essas verbas para o bem-estar e qualidade de vida dos munícipes do que gastar dinheiro a uma entidade que tenha possibilidades. -----

O munícipe fez também referencia à Rua de Santo António do Vale em Valhascos cuja via é muito estreita e na qual estão a decorrer obras por causa da Etar, tendo falado com o Presidente da Junta de Freguesia de Valhascos sobre o assunto para que contactasse o proprietário do terreno contíguo, questionando se não há possibilidades através do Município em conjunto com a freguesia de tentarem desbloquear a situação, querendo assim alertar o Presidente da Câmara para se tomar diligencias para que a situação se resolva pois é uma boa altura. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu ser uma boa sugestão e conversar com o Presidente da Junta de Freguesia de Valhascos para se ver o que é possível fazer. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Valhascos, Senhor deputado Duarte Batista, dizendo já se ter falado sobre este assunto inclusive com o munícipe José Maria Cabau tendo sido logo identificado que seria uma mais valia. -----

Informou ter contactado com um dos filhos da proprietária, e ter tentado contactar os restantes herdeiros, mas em vão. Disse que o timing certo desta intervenção seria agora porque a rua foi intervencionada pelas obras da Etar estando neste momento com uma vala e vai ser alcatroada e seria benéfico se se conseguisse recuar cerca de um metro e vinte no muro para poder passar um carro à vontade, numa extensão de cerca de 120 metros, com algumas oliveiras que teriam de ser deslocalizadas. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valendo, dizendo ter conhecimento da situação e ter levado o mesmo à Assembleia de Freguesia no tempo do anterior presidente de Junta e, quando começaram as obras da Etar, alertou o Senhor Presidente da Junta para o consentimento do proprietário que já faleceu, para recuar o muro. -----

Ordem de Trabalhos

O Senhor Presidente da Assembleia informou ter recebido um requerimento do Grupo Parlamentar do PS, a solicitar a alteração da Ordem do Dia para que os pontos 9, 10, 14 e 17 fossem discutidos imediatamente antes do ponto 3, sob a pena de esvaziar a discussão e votação daqueles pontos, tendo o Senhor Presidente da Assembleia respondido que esta solicitação seria discutida em sessão de Assembleia no inicio da Ordem do Dia. -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que o seu entendimento e o dos serviços em relação à ordem da Ordem de Trabalhos, foi de colocar o ponto mais importante o mais cedo possível e, o que diz este documento é que para a generalidade das

receitas foi utilizado o cálculo da média das receitas cobradas nos últimos vinte e quatro meses. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo que a bancada parlamentar do PS só pretendia que houvesse alguma homogeneidade e algumas regras porque o processo de alteração das GOP's e do Orçamento para o início do período foi lançado por si em 2021, pelo adiantado da hora, pelo cansaço o debate já não fluiria tão bem, como se fosse no início e o Senhor Presidente da Assembleia concordou que se colocasse para o início do período da Ordem de Trabalhos, contudo o Senhor Presidente da Câmara disse que muitos dos pontos que iriam dar origem ao orçamento, como o IMI, o IRS, a Derrama e os Direitos de Passagem deveriam ser votados antes, porque se fossem votados contra poderia não fazer sentido votar-se o orçamento ou poderia ter de ser revisto pela Câmara Municipal. -----

Disse o Senhor deputado, que fez sentido o que o Senhor Presidente da Câmara tinha dito e em 2022, voltou a antecipar-se o orçamento, mas os pontos avulsos não, tem de se perceber o racional e não se está a perceber. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu ser um preciosismo que em nada afeta ser de uma forma ou de outra, teria alguma logica que se fizesse assim, mas tecnicamente é possível ser feito de outra forma e privilegiou-se o que o Senhor deputado disse sobre o cansaço para se estar a discutir um ponto muito importante. -----
Foi consenso manter-se a ordem da Ordem de Trabalhos. -----

1.Aprovação da ata da sessão anterior;

Posta a votação, a ata da sessão anterior foi aprovada por unanimidade. -----

2.Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

Tomou a palavra o Senhor Presidente Da Câmara referindo que o documento mostra o que tem sido a atividade do Município, a participação em varias reuniões. -----

Referiu haver um aumento da dívida de cerca de um milhão de euros no documento pois foi feito no final da semana anterior, não refletindo aquela data a realidade daquele dia, porque depois daquele dia já tinham sido pagos cerca de quatrocentos e setenta e nove mil euros, sendo que a diferença para o milhão tem a ver com os seiscentos mil euros do empréstimo do externato Rainha Santa Isabel. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo-se à Casa Grande e à vinda de um avaliador sobre o Programa Revive e não falou sobre isso. -----

O Senhor Presidente referiu ter dito que estava tudo sob a responsabilidade do Turismo de Portugal que está a fazer uma avaliação e que irá depois apresentar uma proposta, tendo já apresentado uma, em relação ao valor patrimonial e que o executivo está a analisar, havendo algumas duvidas em relação aos limites cadastrais, áreas tendo sido remetido aquela entidade para correção. -----

O Senhor deputado Miguel Alves questionou sobre as reuniões tidas com os vereadores de Abrantes e Constancia sobre o serviço do veterinário no âmbito do Crol, Centro de Recolha O Senhor deputado disse que em 2021 alertou para a situação o facto de que se deveria criar um canil, um abrigo temporário para os animais pois a formas como estão a ser albergados não é a melhor e sem condições mínimas. -----

Disse ainda ter-lhe chegado reclamações sobre a falta de pessoas no canil e, na sua opinião um funcionário não é suficiente para dar de comer, limpar boxes e recolher animais errantes e ter de levar os animais as clinicas, aproveitando para saudar e dar uma palavra de apreço à Associação dos Amigos dos Animais de Sardoal pelo trabalho extraordinário que tem feito. -----

Continuou o Senhor Deputado referindo-se à reparação do Parque Infantil do Ribeiro Barato, questionando que obras foram feitas. -----

Felicitou sobre a substituição da iluminação no Parque Desportivo Municipal para led e referiu ser importante também olhar-se para o sintético, e porque se está tao focado em ter um sintético em Santa Clara, na sua opinião, o sintético do complexo desportivo municipal de Sardoal não está a ser tratado como deveria ser pois necessita de água e nunca é regado, nem penteado nem calibrado a borracha. -----

Disse ainda o Senhor deputado existir uma quina viva passada entre campos em que já houve um acidente grave, devendo ser retirada, assim como o ressalto que existe no acesso da ambulância que deveria ser disfarçado. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Fernando Vasco questionando sobre os processos em tribunal, tendo o Senhor Presidente da Câmara respondido que o do IFAP, em primeira instancia, foi a favor da Câmara, mas o IFAP recorreu e o outro, o Municipio perdeu e entendeu que não devia recorrer. -----

Sobre o processo que a Autarquia entende não recorrer, disse o Senhor deputado conhecer bem o local, mas é uma zona publica, como era alegado pela Câmara, e se a Câmara entendia que tinha razão, na sua opinião deveria ir até à ultima instancia e defender essa razão, porque assim está a dizer que o caminho é privado. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara dizendo que a argumentação apresentada e a presença da Juíza no local e a sentença proferida, não deixam dúvidas e por isso a Câmara Municipal não recorreu, e concordou com a decisão da justiça. -----

Tomou a palavra o Senhor Vice-Presidente da Câmara informando ter sido um processo colocado por uma munícipe contra a Câmara, pedindo a condenação da Câmara a reconhecer que uma rua acabaria, não num local, mas uns metros antes, no início da sua propriedade. A Câmara argumentou o contrário, com argumentos lógicos, apresentou testemunhas de residentes naquela rua, de proprietários de terrenos onde o caminho passava e a Senhora Juíza entendeu que não é o que ficou claro, na sua opinião, foi a falta de sensibilidade para perceber a importância de um caminho, que tem cerca de dois metros de largura, e a importância social que tem para uma povoação, quando os argumentos apresentados pela Juíza eram irrefutáveis, qualquer recurso que se pudesse fazer contra os motivos apresentados pela juíza certamente não seriam atendidos. -----

Continuou o Senhor deputado Fernando Vasco dizendo que o recurso faz parte do processo e se aquela foi a opinião da primeira instância, na segunda poderia ser diferente. Tomou a palavra o Senhor deputado César Marques para valorizar as vezes que o tecido associativo se encontra na Informação Escrita do Senhor Presidente questionando para quando o Regulamento de Apoio ao Associativismo e se tem havido colaboração das associações. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente dizendo ter ficado combinado que até ao final do ano as associações dessem os seus contributos, para depois se elaborar o novo regulamento, sendo que até aquele momento, só uma associação o fez. -----

Em resposta ao Senhor deputado Miguel Alves, o Senhor Presidente referiu ter toda a razão sobre as quinas vivas, já tendo dado instruções para que fossem corrigidas, mas ainda não foram e, sobre os constrangimentos da ambulância não lhe parece que existam, a ambulâncias nunca deixou de lá ir por causa do socorro. Sobre a relva, disse que as informações que tem, sobre a rega, não são coincidentes com as palavras do Senhor deputado, existindo um plano de manutenção da relva que vem com a aquisição e na sua opinião, seria importante que, assim que haja uma candidatura, para se fazer a sua substituição, cerca de 300 mil euros. -----

No que concerne ao CRO, o Senhor Presidente disse ter havido constrangimentos nos recursos humanos por atestados médicos, e a responsabilidade desta área não é da Câmara Municipal de Sardoal, havendo uma candidatura aprovada no ICNF para a melhoria das condições do CRO, não havendo necessidade de um CRO intermédio, e caso

haja alguma situação, a qualquer hora e dia da semana, o CRO vem logo buscar os animais ao Sardeal e leva-os. -----

Sobre o parque infantil no Ribeiro Barato o Senhor Presidente disse terem sido substituídas algumas peças de aparelhos que não estavam em condições. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

3. Grandes Opções do Plano 2024-2028 e de Orçamento 2024;

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo estar-se perante um orçamento de treze milhões, trezentos e vinte e um mil, quatrocentos e vinte e seis euros, muito por cauda da habitação e das candidaturas feitas, a um programa do governo, vindo o dinheiro do orçamento de estado ou de fundos comunitários e, neste caso é PRI, para o 1º Dto, habitação a custos acessíveis, tendo a ver também com a Creche Municipal, a Casa da Proteção Civil, o Jardim de Infância da Presa, várias atividades no âmbito do PEDIME, a biblioteca municipal, na parte dos equipamentos, assim como o conjunto de projetos que o Município costuma ter. -----

Referiu que este orçamento tem como base de incidência 2024-2028 e o documento espelha o que se gostaria de fazer durante estes anos, sendo passível de mudanças de acordo com o evoluir dos quadros comunitários, como tem sido feito. -----

Em matéria de educação, em termos sociais, é conhecido o que a Autarquia tem feito, fazendo referência a outras áreas como proteção civil, mobilidade, como o caso das passagens hidráulicas na serra de Alcaravela. -----

Referiu ainda as atividades relacionadas com a intermunicipalidade, projetos em parceria na Tagus, com Abrantes e Constância, requalificações de Etars, projetos no âmbito da empresa Tejo Ambiente, a reparação dos corredores pedonais cicláveis, melhoramento de alguns arruamentos, melhorias no CRO, a conclusão da carta educativa, o projeto Literacia Digital, em parceria com os Municípios de Abrantes e Torres Novas, o alargamento das refeições até ao final do 3º Ciclo, na área do ambiente, a colocação de Leds, na área cultural, com novos projetos, o Parque de Negócios de Andreus, o parque empresarial, projetos no âmbito da rota da nacional 2, projetos de reabilitação de património como a Cadeia Velha, projetos na área do desporto, do associativismo. -----

O Senhor Presidente referiu também o Mapa de Pessoal da Autarquia e a contratação de técnicos no âmbito do Projeto Radar Social e CLDS, e outros. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado César Marque que questionou se, de alguma forma a instabilidade governativa tem alguma influencia sobre a forma como se poderá ter acesso a projetos pelas linhas de financiamento dos fundos europeus do PRR. -----

O Senhor Presidente respondeu não haver essa perceção, estando as coisas estruturadas com diferentes autoridades e entidades reguladoras para que não haja problemas, não só o PRR como o 2030. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Fernando Vasco referindo que um orçamento é um documento político que denota a orientação que a Câmara pretende dar, os projetos que pretende fazer e as suas opções. -----

Disse que o orçamento real, aquele que efetivamente existe e corresponde às despesas e receitas expectáveis, excluindo fatores de investimento de grandes obras, que serão feitas, é de cerca de 6,6 milhões. -----

Referiu que a grande percentagem do dinheiro vai para o pessoal, aproximadamente 3,7 milhões, sobrando pouco dinheiro para fazer obra, e se não fossem os PRRs e os projetos de fundos comunitários, dificilmente se fará alguma coisa. -----

Veridica-se a existência de um conjunto de situações repetidas e que já vêm de anos anteriores e que nunca foram feitas, nomeadamente a requalificação da Etar de Andrteus, o polidesportivo para apoiar o 1º Ciclo, o parque de negócios de Andreus entre outros, desejando que se consiga efetivar as mesmas. -----

Na sua opinião devem ser seguidos três princípios relativamente ao orçamento, o do investimento, que é fundamental para se criar e distribuir riqueza, sem ele continua tudo na mesma; o segundo, é o fator da coesão social, sendo fundamental aumentar e sedimentar esse valor, as pessoas, cuja população têm diminuído ao longo dos anos no Sardoal, segundo dados da Pordata, empobreceram, competindo às Autarquias apoiá-las, o terceiro, é a segurança das populações, a todos os níveis, ambiental, protecional, ecológica, que, sem a qual as pessoas não conseguem viver e, comparando este orçamento com os anteriores, não vê que este orçamento possa contribuir para um futuro em que haja mais investimento e mais qualificado, melhor coesão social e melhor segurança dos sardoalenses. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que todos os Municipios do país fazem investimento com fundos comunitários, mas o Sardoal tem investido nas estradas e não tem a ver com fundos comunitários, tendo sido já uns milhões de euros.

Sobre os projetos repetidos, os mesmos repetir-se-ão para o ano, porque o orçamento do ano passado era 2023/ 2027 e deste ano é de 2024/2028, sendo impossível concretizar todos os projetos num só ano, mas têm de estar orçamentos e fazer parte do plano dos documentos previsionais, pois se assim não for, não são elegíveis, não havendo possibilidade de se ir a fundos comunitários, sendo certo que os 420 mil euros, para o

projeto da Serra de Alcaravela, e espera-se que seja o suficiente para a empreitada, não é com fundos comunitários. -----

Sobre a segurança, disse que no Conselho Municipal de segurança, os agentes que fazem parte destas comissões não põem em causa a segurança no concelho, inclusive foi um ano em que praticamente não houve incêndios. -----

O Sardoal é um concelho seguro e tem tido um numero de efetivos da GNR como deve ter e a sua presença é muito importante. -----

Sobre a coesão social, referiu que se tem vindo a aumentar o numero da população, mas, se se fizer a análise entre os últimos 20 anos, neste momento, se calhar a variação é negativa, mas se for feita dos últimos 5 anos, a variação é diferente. -----

Continuou o Senhor Presidente dizendo que a estratégia do executivo é diferente da do PS, havendo inclusive pessoas que vieram morar para o Sardoal pela dinâmica cultural existente no concelho, porque a cultura faz parte da estratégia adotada. -----

A Assembleia Municipal deliberou por maioria aprovar, com onze (11) votos a favor (PSD); seis (6) votos contra (PS); uma (1) abstenção (Rita Navalho) as Grandes Opções do Plano 2023-2027 e de Orçamento 2023, assim como, por maioria, com quinze (15) votos a favor; duas (2) abstenções (Rita Navalho e Fernando Vasco) e um (1) voto contra (Rui Valente), aprovar o Mapa de Pessoal. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

4. Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara fazendo menção as diferentes fases do processo do Regulamento, até chegar a Assembleia Municipal para aprovação. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

5. Regulamento Municipal de Horário de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e de Prestação de Serviços;

O Senhor Presidente da Câmara referiu as diferentes fases do processo do Regulamento, até chegar a Assembleia Municipal para aprovação. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

6.Regulamento de Ocupação do Espaço Público e Publicidade;

O Senhor Presidente da Câmara referiu as diferentes fases do processo do Regulamento, até chegar a Assembleia Municipal para aprovação. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

7.Regulamento Municipal de Atividades Diversas;

O Senhor Presidente da Câmara referiu as diferentes fases do processo do Regulamento, até chegar a Assembleia Municipal para aprovação. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

8.Regulamento Municipal de Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida por Feirantes e Vendedores Ambulantes;

O Senhor Presidente da Câmara referiu as diferentes fases de elaboração do processo do Regulamento, até chegar a Assembleia Municipal para aprovação. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

9.Regulamento Geral de Preços do Município de Sardoal;

O Senhor Presidente da Câmara referiu as diferentes fases do processo do Regulamento, até chegar a Assembleia Municipal para aprovação final. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

10.Regulamento Geral de Taxas do Município de Sardoal;

O Senhor Presidente da Câmara referiu as diferentes fases de elaboração do processo do Regulamento, até chegar a Assembleia Municipal para aprovação. -----

O Senhor Vereador Fernando Vasco questionou sobre o preço da entrada na Piscina Coberta, na sua utilização livre, para adultos, ao que o Senhor Presidente respondeu que a grande ocupação daquele espaço é feita com as escolas, com a universidade sénior e com os idosos, e que é também serviço social que a Autarquia faz, tendo este preço uma intenção desmotivadora para quem queira fazer natação livre porque iria ocupar o espaço. A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Regulamento, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

11.Tejo Ambiente - Informação económico-financeira, relativa ao 1.º semestre de 2023;

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo ser para conhecimento da Assembleia e que o resultado líquido do exercício a junho de 2023 foi de 104 mil euros positivo, sendo este o caminho que se quer dar à empresa. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento da informação económico-financeira da Tejo Ambiente, relativa ao 1º semestre de 2023. -----

12.Tejo Ambiente - Plano Atividades e Orçamento;

O Senhor Presidente referiu ser para conhecimento da Assembleia e que contempla um conjunto de propostas de investimentos no Sardoal, que foi um dos primeiros concelhos a ter um investimento de cerca de um milhão de euros, em Cabeça das Mós, continuando-se na lógica empresarial de conseguir criar mais valias entre Municípios maiores e mais pequenos. -----

Interveio o Senhor deputado Miguel Alves questionando sobre um valor de 698 mil euros de investimento para o Sardoal, se já estaria projetado quais os locais, ao que o Senhor Presidente respondeu ser Vale das Onegas, Tojalinho, ligação a Valhascos, novas estações de tratamento de água, Cabeça das Mós, Andreus sub-rede de abastecimento de água. ---

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Rui Valente dizendo que 50% das águas que caem na Etar de Valhascos são águas pluviais que estão direcionadas para o saneamento, questionando se está previsto a resolução deste problema de afastar estas águas do saneamento. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu ser um problema quando as condutas não estão ligadas às sarjetas, e o que se paga à saída é água pluvial como se está a pagar o saneamento e terá de ser resolvido, mas prioritário são as perdas de água, as quais se está a diminuir bastante, sendo muito importante que o trabalho da Tejo Ambiente se centre prioritariamente nas perdas de água. -----

O Senhor deputado referiu que aquando da substituição dos contadores de água, é feito um rasgo na parede para a substituição do cano e do contador, e na sua opinião os proprietários deveriam ser previamente informados dessa substituição, havendo muitas casas em que as pessoas não residem ali. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente referindo que o rasgo na parede para a colocação de novos contadores, na sua opinião, não pode acontecer sem que o proprietário saiba e ser vantajosa a substituição do contador existente por outro melhor e mais eficiente. -----

Solicitou que o Senhor deputado informasse de um caso concreto para poder comunicar aos técnicos da Tejo Ambiente. -----

O Senhor Presidente da Assembleia questionou se o valor do aumento de 4.9% é só para o Sardoal ou para todos os Municípios da Tejo Ambiente, tendo o Senhor Presidente da Câmara respondido ser para toda a Tejo Ambiente e é um valor abaixo não só da taxa de inflação, mas do que estava projetado no EVEF, aprovado em reunião da Assembleia Municipal. -----

A Tejo Ambiente e os seus acionistas assumiram reduzir o que seriam as projeções reais e prioritárias de acordo com o EVEF e a taxa de inflação, tendo sido decidido que o aumento ficaria abaixo dos 5%, quando o valor real seria acima dos 6%. -----

Interveio o Senhor deputado César Marques questionando sobre o facto de as associações e as IPSS's serem taxadas à mesma percentagem das empresas, questionando se já houve alguma redução nesse sentido. - -----

O Senhor Presidente respondeu que em relação às IPSSs o valor está resolvido, tendo sido aprovado em reunião de Câmara que desde o dia 1 de agosto de 2022, sendo a diferença assumida pelos Municípios. -----

As associações poderão ver essa redução através dos apoios ao associativismo, porquanto são muito dispares umas das outras e não seria justo que fosse feito por igual. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Plano de Atividades e Orçamento para 2024 da empresa Tejo Ambiente. -----

13.Propostas de Regulamentos (Gestão de Resíduos Urbanos; Serviço de Saneamento de Águas Residuais; Abastecimento de Água);

Tomou a palavra o Senhor Presidente dizendo serem Regulamentos que iriam substituir os anteriores que cada Autarquia tinha sobre estas matérias, passando a ser único da Tejo Ambiente. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar os Regulamentos Gestão de Resíduos Urbanos; Serviço de Saneamento de Águas Residuais; Abastecimento de Água, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

14.IRS - Participação Variável – 2024;

O Senhor Presidente tomou a palavra dizendo ser proposto manter a taxa de participação variável do IRS de 5% para os rendimentos do ano de 2023, a exemplo dos anos anteriores.

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade fixar a taxa de participação variável no IRS de 5%, para os rendimentos do ano de 2023, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

15.IMI – Imposto Municipal sobre imóveis - Taxas a aplicar para o ano de 2023, a liquidar em 2024;

O Senhor Presidente da Câmara informou manterem-se os valores do ano anterior. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar as seguintes taxas e respetivas majorações/ reduções para o ano de 2023, a liquidar em 2024, nomeadamente:

- Prédios rústicos: 0,8%
- Prédios urbanos: 0,325%
- Reduzir em 20% da taxa a aplicar aos prédios urbanos arrendados;
- Majorar em 20% a taxa a aplicar a prédios urbanos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;

- Majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a (euro) 20 por cada prédio abrangido;

- A redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, que vigora no ano de 2023, aplicável ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar foi a prevista na tabela anterior, ou seja, 20€, 40€ e 70€ de acordo com o número de dependentes a cargo, 1, 2 e 3 ou mais respetivamente, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

16.TMDP - Taxa Municipal de Direitos de Passagem no ao 2024;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo manter a taxa igual à do ano passado. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a aplicação da taxa municipal de direitos de passagem de 0,25%, para vigorar no ano de 2024, com dezoito votos a favor.

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

17.DERRAMA - Liquidar em 2024, referente ao ano económico 2023;

O Senhor Presidente da Câmara referiu que é proposto a aplicação da taxa de 1,5% para as empresas com volume de negócios superior a 150.000 euros e, aplicar uma taxa de 0,01% para empresas que têm um volume de negócios inferior ou igual a 150 000 euros, por querer incentivar e apoiar a instalação de Pequenas e Médias empresas no Concelho. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aplicar a taxa de 1,5% para as empresas com volume de negócios superior a 150.000 euros e, aplicar uma taxa de 0,01% para empresas que têm um volume de negócios inferior ou igual a 150 000 euros, por querer incentivar e apoiar a instalação de Pequenas e Médias empresas no Concelho, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

18.Proposta de Adjudicação Empréstimo a Curto Prazo - a contratar em 2024;

O Senhor Presidente da Câmara disse ser o que se tem feito, sendo presente a proposta da entidade bancária Caixa Credito Agrícola Mútuo Ribatejo Norte e Tramagal CRL e que o valor de 500 mil euros por norma nunca é utilizado na totalidade e só são pagos juros sobre o valor utilizado. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade autorizar a adjudicação do contrato à Caixa Credito Agrícola Mútuo Ribatejo Norte e Tramagal CRL, porquanto é a proposta economicamente mais vantajosa, na ótica do município, conforme proposto pelo júri e considerar a perfeição do contrato com o adjudicatário, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

19.Igualdade de Género - Equipa EIVL;

O Senhor Presidente da Assembleia informou tratar-se da substituição de um elemento nomeado pela Assembleia Municipal, tendo a Senhora deputada Célia Dias, renunciado ao mandato, havendo assim necessidade de nomear uma nova pessoa para estas entidades, sendo então posta a votação o nome para o novo elemento. -----

A Assembleia Municipal deliberou, de acordo com o definido no ponto 3) da clausula 5.º do Protocolo de Cooperação, para integrar a Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL, por maioria, nomear Joana Ramos (voto secreto em urna), com dezassete (17) votos a favor e um (1) voto de abstenção/ branco. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

20.Alteração orçamental modificativa - Revisão ao Orçamento e Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP).

O Senhor Presidente da Câmara referiu ter a ver com a execução e descomprometer o que não foi executado, à semelhança do que acontece nos anos anteriores e não foi executado, porque muitas vezes as coisas são planeadas na esperança também de que os quadros comunitários tenham uma maior celeridade, por vezes projeta-se determinado investimento para certos meses no ano e depois verifica-se que a execução daquele ano foi por exemplo só de um mês e outros que não se realizaram. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a Alteração Orçamental Modificativa Revisão ao Orçamento e Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP), com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade aprovar em minuta a deliberação tomada. -----

21.Delegação de Competências no âmbito dos Procedimentos Contraordenacionais no Domínio do Estacionamento | Minuta do Contrato Interadministrativo.

O Senhor Presidente da Câmara informou que a delegação de competências nesta matéria prevê que o Município faça essa delegação na Comunidade Intermunicipal e pretende-se assim, agregar um conjunto de Municípios para uma quantidade de operacionalizações que têm de ser feitas para os processos e centrar numa só entidade, para todos os Municípios do Médio Tejo e ganhar-se alguma escala em termos de equipamentos e de recursos humanos. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Fernando Vasco questionando se o pessoal que irá trabalhar com estatuto de agente de autoridade, ao que o Senhor Presidente respondeu que os agentes autuantes estão definidos, podem ser os fiscais da Câmara e pode ser a GNR e, o encaminhamento do processo é que será encaminhado para a Comunidade Intermunicipal que fará esse procedimento ou seja, o tratamento administrativo. -----

A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade aprovar a minuta do Contrato Interadministrativo, delegando competências na CIMT no que respeita ao objeto e natureza do contrato, com dezoito votos a favor. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e quatro horas, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____